

LEVANTAMENTO DE DADOS DE SANEAMENTO BÁSICO NO RIO GRANDE DO SUL PARA O ANO DE 2019

LARISSA ALDRIGHI DA SILVA¹; GABRIELA TOMBINI PONZI², LETÍCIA
BRANDÃO CALDAS³, LISMARA CARVALHO MARQUES⁴, DIULIANA
LEANDRO⁵

¹Universidade Federal de Pelotas – larissa.aldrighi@gmail.com

²Universidade Federal de Pelotas – gtombini.ponzi@gmail.com

³Universidade Federal de Pelotas – leticia.lbc@hotmail.com

⁴Universidade Federal de Pelotas – lismaracmarques@gmail.com

⁵Universidade Federal de Pelotas – diuliana.lenadro@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

Carvalho (2004) defende que a população brasileira tem sofrido profundas transformações nas últimas três décadas, especialmente relacionado com o aumento no seu ritmo de crescimento populacional. Isso, por sua vez acarreta repercussões e mudanças sejam nos termos sociais, econômicos ou ambientais.

Esse demasiado crescimento da população quando ocorre de maneira que não acompanha de um planejamento urbano adequado intensifica os problemas já existentes especialmente nos centros urbanos das capitais, particularmente quando se trata de geração de resíduos sólidos. Com essa concentração da população, tornam-se mais necessários os serviços de saneamento básico para que não afete todo o sistema do meio ambiente, como por exemplo, a poluição dos rios e córregos e conseqüentemente causando obstrução dos canais de drenagem, afetando a saúde da população, pois estabelecem pontos de propagação de insetos, roedores e outros organismos vetores de doenças, além de gerar custos ao setor público de coleta entre outros fatores. Assim sendo, uma ação acaba ocasionando várias outras conseqüências muitas vezes nem pensadas (TAVARES et al. 2020).

E ao abordar o saneamento básico, estamos falando dele em um todo, conforme segue a legislação nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007. Art. 3º. Que considera saneamento básico como um conjunto de serviços, infraestruturas e instalações operacionais de: abastecimento de água potável; esgotamento sanitário; limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos e; drenagem e manejo das águas pluviais.

É de conhecimento que o salto populacional nas últimas décadas foi intenso e desgovernado, fazendo com que a ocupação de áreas impróprias para viver acabassem acarretando problemas à saúde pública e ao meio ambiente, uma vez que o planejamento urbano não suporta esse avanço. Assim sendo, o objetivo desse trabalho é realizar um levantamento bibliográfico de dados da população gaúcha ao acesso ao saneamento básico.

2. METODOLOGIA

Para a elaboração desse trabalho, foi utilizado o método de revisão sistemática, com definição a priori dos critérios a serem utilizados, onde, a principal base foi o Atlas Socioeconômico do Rio Grande do Sul (ASRS) para o ano de 2019 e a Pesquisa Nacional de Saneamento Básico, além de estudos complementares de diversos autores já aplicados no item acima.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Por vez nota-se que o rápido e desordenado crescimento populacional vem promovendo modificações nos sistemas e expondo a população a habitar áreas de risco e viver em situação de vulnerabilidade, seja ela, social, econômica ou ambiental se não uma união de duas ou todas.

Podemos entender que vulnerabilidade social e econômica está ligada a um grupo social exposto a um dado fenômeno sem capacidade de enfrentar esse risco e se recuperar (PORTO, 2007; SANTOS, 2015). Já se tratando da ambiental é a que está ligada aos recursos como solo, geologia e vegetação que diante de atividades humanas pode sofrer alterações a estabilidade local (DOS SANTOS E SOARES, 2020).

E a escassez nos serviços de esgotamento sanitário está ligada diretamente nos termos de vulnerabilidade acima falado, e pensando nisso que foi desenvolvido o Conselho Regional de Desenvolvimento (COREDE), que visa auxiliar em obtenção de dados de saneamento, bem como auxiliar na melhoria de políticas públicas (COREDE, 2020).

Segundo os dados fornecidos pelo IBGE na PNSB (2008), existem no Brasil 5.564 municípios, onde desses, aproximadamente 94,1% possuem abastecimento de água. Já em associação a parte de esgotamento sanitário apenas 55,2% da população tem acesso e para o manejo de águas pluvial e resíduos sólidos a totalidade de acesso é de 94,5% e 100% respectivamente. Salientando que essa estimativa leva em consideração que ao menos um distrito do município ou parte dele exista o serviço e quando se trata de rede coletora de esgoto não é levada em questão a qualidade do serviço, apenas a sua existência.

Apesar dos altos valores para população que possui rede coletora de esgoto, esse valor se contabiliza mais positivo em grandes municípios (acima de 500.00 hab.), isso pelo fato de os municípios menores contarem com uma grande concentração de áreas rurais e com população dispersa dificultando o fornecimento dos serviços em 18%. Essa dificuldade de acesso acaba expondo a população brasileira ao risco de contrair doenças virais (IBGE PNSB, 2008). Tornando necessário assim o conjunto de obras e serviços de esgotamento para preservar o bem-estar da população e degradar o meio ambiente local (ASRG, 2019).

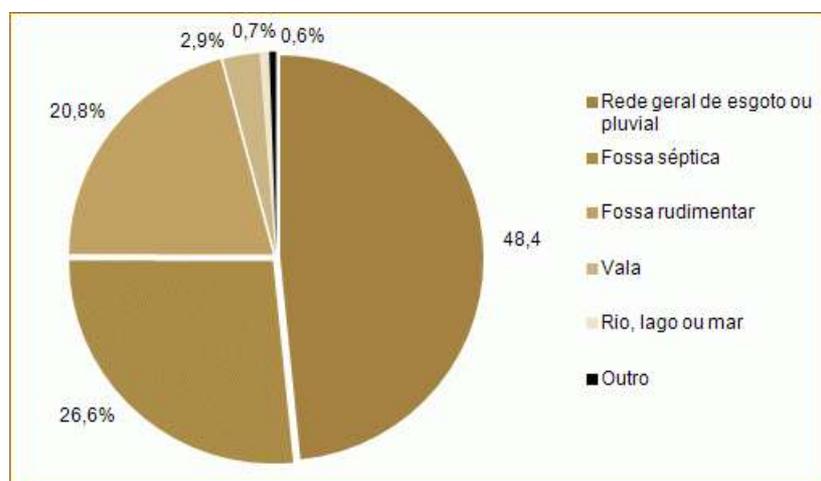


Figura 1. Destinação do esgoto dos domicílios em 2010 (%)
Fonte: Atlas Socioeconômico do Rio Grande do Sul – 2019.

Essa geração de esgoto e necessidade dos serviços de esgotamento se dá principalmente pela facilidade de acesso ultimamente, onde ter um banheiro em casa deixou de ser um luxo e passou a ser uma necessidade comum do cidadão. O último Censo (2010) contabiliza que 97,35% das casas possui um banheiro em casa, mas desses apenas 67,06% estão ligados à rede de esgoto (Figura1).

No entanto, sabemos que a proliferação de doença não está ligada somente a falta de esgotamento ou má disposição do mesmo, mas está relacionada também com disposição inadequada dos resíduos sólidos. E a geração de resíduos vem crescendo cada vez mais rápido, lotando os aterros sanitários em uma proporção alarmante, ainda mais levando em consideração que dos mais de 57.000.000 domicílios brasileiros apenas 50.106.088 possuem coleta domiciliar de resíduos, deixando aproximadamente 7.000.000 famílias expondo seus resíduos em córregos, matas ou até mesmo queimando.

Trazendo esses dados para o Rio Grande do Sul, as estatísticas são diferentes. A pesquisa do Atlas Socioeconômico aponta que o RS conta com 3.599.604 domicílios, desses 3.071.715 ligados a rede de abastecimento de água, 3.575.847 possuem banheiro de uso exclusivo do domicílio ou sanitário e somente ainda 2.684.225 estão ligados à rede geral de esgoto, ou pluvial, ou fossa séptica e por fim 3.314.425 dos domicílios são providos dos serviços de coleta de lixo (ASRGS, 2019).

4. CONCLUSÕES

Para esse breve trabalho pode-se concluir que o crescimento populacional está acontecendo muito rápido e desordenado, de modo que a maioria das cidades não está conseguindo acompanhar e se adequar a nova realidade, por isso serviços muito essenciais para a saúde e bem-estar deixam a desejar. Além de que parte da população em especial a que vive em vulnerabilidade econômica acaba morando em locais de difícil acesso e não possuem uma renda fixa ou possível para manter alimentação e as taxas de serviços propostas pela concessionária responsável.

Para uma melhor resposta ao acesso fica como proposta um estudo mais detalhado correlacionando áreas de vulnerabilidade social-econômica-ambiental as geotecnologias a um determinado espaço geográfico, assim podendo classificar a intensidade da vulnerabilidade local e auxiliar em criação de novas políticas públicas.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASRGS. Atlas Socioeconômico do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão. n.4. 2019.

CARVALHO, J. A. M. de. Crescimento populacional e estrutura demográfica no Brasil. **Texto para discussão**, n. 227. p18. UFMG/ Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional. Minas Gerais. 2004.

COREDE. Atlas Socioeconômico do Rio Grande do Sul. **Conselhos Regionais de Desenvolvimento** - Apresentação. 2020. Disponível em: <<https://atlassocioeconomico.rs.gov.br/conselhos-regionais-de-desenvolvimento-coredes>>. Acesso em: 18 de setembro de 2020.



DOS SANTOS, Luiz Carlos Araujo; SOARES, Idevan Gusmão. Caracterização da Vulnerabilidade Ambiental na Bacia Hidrográfica do Rio Preto, Maranhão–Brasil. **Geografia (Londrina)**, v. 29, n. 1, p. 85-105, 2020.

IBGE - PNSB. Pesquisa nacional de saneamento básico 2008. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística–IBGE**, 2008.

Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007. Política Nacional de Saneamento Básico.

PORTO, Marcelo Firpo de Souza. Uma Ecologia Política dos Riscos: princípios para integramos o local e o global na promoção da saúde e da justiça ambiental. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2007. 248p.

SANTOS, J. O. Relações entre fragilidade ambiental e vulnerabilidade social na susceptibilidade aos riscos. **Revista Mercator**, v. 14, nº 2, p. 75-90. 2015.

TAVARES, Quezia Elaine da Silva et al. Identificação de locais de descarte irregular de resíduos de construção e demolição no bairro distrito industrial ii no município de Manaus-AM/Identification of irregular disposal places of construction and demolition waste in the neighborhood district industrial ii in the municipality of Manaus-AM. **Brazilian Journal of Development**, v. 6, n. 2, p. 6014-6024, 2020.